

Ainda não há definição para o problema dos endividados a nível de chefia das grandes potências, como se verá abaixo no comunicado com que elas encerram a reunião de Veneza. Mas o Brasil não pretende esperar: ontem mesmo o embaixador Rubem Barbosa viajou à Europa para renegociar nossos créditos

com o Clube de Paris. Apesar disso, o presidente Sarney está, no momento, mais preocupado em elevar o ânimo dos brasileiros: afirma, na página ao lado, através de seu porta-voz, que o País não está em recessão e garante, através do Banco Central, que a ajuda

às micro e pequenas empresas começa terça-feira. Ele reuniu também os ministros Bresser Pereira e Deni Schwartz para determinar melhorias no Sistema Financeiro da Habitação (página 14). Para motoristas e produtores, um alívio: o governo pode rever sua posição e não cortar, por enquanto, o Proálcool (página 15).

Vamos conversar com o Clube de Paris

E já temos um aval do FMI: "O Brasil é bom pagador".

Um porta-voz do Fundo Monetário Internacional (FMI) disse ontem, em Washington, que o Brasil pagou seus compromissos relativos à dívida com o Fundo e não pediu que os próximos vencimentos sejam adiados. "Até o momento, o Brasil sempre respeitou suas obrigações com muita pontualidade e seus pagamentos foram consistentes", disse o porta-voz. Em 1986, o Brasil pagou cerca de US\$ 650 milhões ao FMI. O comunicado responde a rumores de que o Brasil pretendia adiar pagamentos de cerca de US\$ 1 milhão ao FMI em 1987.

Em Brasília, o presidente José Sarney disse ontem que dentro de trinta dias o Brasil voltará a negociar com os banqueiros internacionais, já numa situação de franca recuperação da balança comercial. Segundo o presidente, o saldo comercial de maio ficou próximo a US\$ 900 milhões e chegará ao final deste ano entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. Em Paris, para onde viajou na noite de ontem, o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, embaixador Rubem Barbosa, inicia hoje contatos com os governos credores, no âmbito do Clube de Paris, para propor a prorrogação, por mais 90 dias, do acordo de reescalonamento do débito brasileiro que vence no dia 30 de julho.

As declarações do presidente Sarney foram feitas durante entrevista de aproximadamente dez minutos que concedeu a TVE, Canal 1 de Madri, Espanha, e que vai ao ar às 8h30 de domingo, devendo atingir cerca de 14 milhões de telespectadores.

A entrevista concedida por Sarney, à emissora estatal espanhola integra o esquema montado para a visita do primeiro-ministro espanhol Felipe Gonzalez, ao Brasil, com início previsto para este sábado.

O presidente Sarney queixou-se da incompreensão dos credores do Brasil no Exterior, que há dois anos não permite que o País capte um centavo sequer de dinheiro novo, convertendo o Brasil num "exportador de capitais" para as nações mais ricas.

Na entrevista ao repórter espanhol Carlos Esteves, o presidente Sarney define a América Latina como a área de maior prioridade nas relações entre o Brasil e o resto do mundo e ressalta seu interesse em estreitar os contatos com a Espanha e particularmente com o Mercado Comum Europeu.

Felipe Gonzalez chega a Salvador no sábado, sendo recebido em Brasília pelo presidente Sarney na segunda-feira, ficando hospedado no Palácio Jaburu.

Clube de Paris

Os argumentos que o embaixador leva ao Clube de Paris para pedir a prorrogação do acordo de reescalonamento são os de que houve uma mudança na equipe econômica — Ministério da Fazenda e Banco Central — e em consequência atrasou a elaboração do plano econômico do governo. O plano agora está sendo montado por outra equipe, com idéias não muito semelhantes, sendo impossível, por falta de tempo, preparar o plano e submetê-lo à apreciação do FMI e dele obter uma avaliação até o dia 20 de julho, data marcada pelo Clube de Paris para examinar o caso brasileiro.

Barbosa levou a Paris uma síntese dos pontos principais do Plano de Consistência Macroeconômica em elaboração no Ministério da Fazenda, com a promessa de que será divulgado a todo o País no mais tardar dentro de duas semanas e imediatamente levado à consideração da equipe técnica do FMI para análise e posterior manifestação ao Clube de Paris.

Nas entrevistas que pretende manter hoje e amanhã em Paris, Rubem Barbosa, que estará de volta já na próxima segunda-feira, pretende explicar o ponto de vista da nova equipe econômica sobre a negociação com os bancos privados credores, as condições para a suspensão da moratória e as necessidades do balanço de pagamentos do País para o corrente ano, em termos de **fresh money** (dinheiro novo).

Uma questão que também será abordada diz respeito à manutenção pelos governos credores, da interrupção do fluxo de recursos externos para o País, embora não tenha sido uma decisão formalizada. A interpretação do governo brasileiro é de que, ao fechar a negociação com o Clube de Paris, em 19 de janeiro deste ano, ficou implícita a retomada dos financiamentos por parte das instituições governamentais, o que não aconteceu.

Brasília não aceita o argumento de que os empréstimos não foram reiniciados porque não se formalizaram os acordos bilaterais, lembrando que entre janeiro de 1985 e maio de 1986 o Brasil manteve suspensos os pagamentos das amortizações e dos juros às instituições oficiais, porém ainda assim o Eximbank dos Estados Unidos e o do Japão continuaram a manter o fluxo normal de empréstimos.

Elogios ao Japão

O anúncio de que o Japão vai incentivar seu consumo interno e ao mesmo tempo conceder créditos de US\$ 30 bilhões aos países endividados recebeu elogios dos chefes de Estado e de governo participantes da reunião de Veneza. Segundo informações extra-oficiais, os recursos japoneses seriam destinados principalmente a cinco países em desenvolvimento — Argentina, Filipinas, Indonésia, Tunísia e Turquia.

Apesar dos elogios, persistem as dúvidas sobre os detalhes do plano japonês. Ontem, em Veneza, os próprios funcionários do governo do Japão admitiam que as últimas informações divulgadas sobre o assunto nada acrescentaram ao que já se sabia, ou seja, que o governo de Tóquio pretende aumentar suas importações, gastar US\$ 43 bilhões em seu mercado interno, limitar as exportações e destinar fundos para a recuperação das economias dos países endividados.

Justamente em razão da falta de um detalhamento maior, que os funcionários japoneses dizem estar sendo preparado, muita gente tem criticado o plano, duvidando, por exemplo, da possibilidade de se obter uma participação significativa do setor privado.